

VIOLÊNCIA NO BRASIL (2011–2023)

VIOLENCE IN BRAZIL (2011–2023)

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior¹  

Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil

jose.maria@professor.ufcg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14071742>

Resumo: Os dados de violência e segurança pública foram disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública recentemente em seu Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. O presente artigo teve como propósito analisar alguns dados relevantes das políticas de segurança pública nacionais em relação a dinâmica das mortes violentas intencionais (MVIs). O método da pesquisa foi a estatística descritiva dos dados. Os resultados demonstraram recuo das MVIs nos últimos anos, mas com grande aumento da violência policial sobretudo com destaque aos jovens entre 18 e 24 anos e a população afrodescendente. Outro resultado importante foi o maior investimento nas despesas com segurança pública e as apreensões de drogas como fatores dissuasivos.

Palavras-chave: mortes violentas intencionais; homicídios; segurança pública.

Abstract: Data on violence and public security were made available by the Brazilian Public Security Forum recently in its 2024 Brazilian Public Security Directory. The purpose of this article was to analyze relevant data from national public security policies in relation to the dynamics of intentional violent deaths. The research method was descriptive statistics of the data. The results demonstrated a decline in intentional violent deaths in recent years, but with a large increase in police violence, especially targeting young people between 18 and 24 years old and the Afro-descendant population. Another important result was the greater investment in public security expenses and drug seizures as deterrent factors.

Keywords: intentional violent deaths; homicides; public safety.

1. Introdução

A violência é um tema sempre em destaque na sociedade brasileira. Os números de assassinatos são o maior destaque, já que o Brasil concentra entre dez e quatorze por cento dos homicídios do mundo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é um importante instrumento de avaliação das políticas públicas de segurança no Brasil e está disponível para pesquisas no *site* do **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (2024). É uma importante ferramenta para pesquisadores que se debruçam nos estudos da violência e da segurança pública. Analisaremos alguns dados importantes que foram disponibilizados, tentando fazer algumas

interpretações desses dados, tendo como base algumas teorias da violência e/ou criminalidade.

A metodologia utilizada é a estatística descritiva com o uso de gráficos e tabela para divulgação e avaliação dos indicadores. Iniciaremos, contudo, com uma pequena revisão da literatura sobre estudos da violência no Brasil. Depois, faremos a análise dos dados de violência e segurança pública mais atualizados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. Por fim, as conclusões.

2. O que a literatura diz sobre violência?

Nadanovsky (2009) avaliou o aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo entre os anos de 1996

* Para visualizar os gráficos e a tabela deste artigo, acesse: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1592/1270.

¹ Doutor e Mestre em Ciência Política pela UFPE. Professor Associado da UFCG. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFCG. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9764413344024580>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9977-2964>. Instagram: [josemariadanobrega](https://www.instagram.com/josemariadanobrega).

e 2005. O trabalho teve como objetivo principal analisar a real dimensão do encarceramento em torno da redução dos homicídios em São Paulo. A variável resposta foi a taxa de homicídio (da 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças – CID10, códigos X85-Y09) — número de homicídios por cada 100 mil residentes. A variável explicativa foi a taxa de encarceramento, calculada pelo número de pessoas na prisão por cada 100 mil residentes. Nos seus principais resultados, o teste de causalidade de Granger evidenciou que valores passados de encarceramento ajudaram a prever o homicídio no estado de São Paulo entre 1999 e 2005. Apesar de não ser possível concluir que essa relação seja causal, houve uma associação temporal clara compatível com a interpretação de que o aumento no encarceramento de criminosos exerceu seu efeito incapacitador e/ou dissuasor do crime em São Paulo.

Silveira et al. (2010) avaliaram o impacto da política pública do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. Os pesquisadores tiveram como objetivo central avaliar o impacto de um programa de prevenção de homicídios. Com base nos dados do Programa Fica Vivo, de prevenção de homicídios, foi realizado um estudo quase experimental com análise de séries temporais da ocorrência de homicídios no aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, de 2002 a 2006. Comparou-se o número de homicídios ocorridos nessa localidade com os de outras favelas violentas e não violentas e outros bairros da cidade, em cada uma das fases do Programa.

Para testar a hipótese de que a redução dos homicídios resultou das ações implementadas pelo Programa, foi elaborado um modelo estatístico baseado em modelos lineares generalizados. O estudo de caráter quantitativo buscou medir o impacto da política pública de segurança em Minas Gerais entre os anos 2000 e 2006. Chegou-se à conclusão que nos primeiros seis meses obteve-se 69% de redução no número médio de homicídios. Nos períodos de refluxo e retomada parcial do Programa, o efeito de redução dos homicídios diminuiu, mas a diferença entre coeficientes com aquele do período inicial não foi estatisticamente significativa. Mesmo com a retomada integral do Programa, o efeito continuou similar aos dos períodos anteriores, provavelmente porque o Programa foi implantado em outras favelas violentas da cidade (**Silveira et al.**, 2010).

Peres et al. (2011) empreenderam um estudo sobre a queda dos homicídios no município de São Paulo. Os autores objetivaram descrever a evolução das taxas de mortalidade por homicídio (TMHs) e de indicadores sociodemográficos, de investimento em políticas sociais e segurança pública, e analisar a correlação entre a evolução das TMHs e das variáveis independentes no município de São Paulo, entre 1996 e 2008.

O estudo caracterizou-se como ecológico de série temporal e exploratório. As seguintes variáveis foram incluídas: TMH por 100.000 habitantes, indicadores sociodemográficos, investimentos em políticas sociais e de segurança pública. Foram calculadas as médias móveis de todas as variáveis e a tendência foi analisada através de regressão linear. Segundo os autores, os resultados apresentados permitem sustentar a hipótese de que alterações demográficas, aceleração da economia, em especial a queda do desemprego, investimentos em políticas sociais e mudanças nas políticas de segurança pública atuam sinergicamente para a redução da TMH em São Paulo (**Peres et al.**, 2011).

Para isso, foram encontradas correlações com a proporção de jovens na população ($r = 0,69$), taxa de desemprego ($r = 0,60$), investimento estadual em educação e cultura ($r = 0,87$) e saúde

e saneamento ($r = 0,56$), investimento municipal ($r = 0,68$) e estadual ($r = 0,53$) em segurança pública, armas apreendidas ($r = 0,69$) e taxa de encarceramento-aprisionamento ($r = 0,71$) (**Peres et al.**, 2011).

Peres et al. (2012) avaliaram a evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no município de São Paulo entre 1996 e 2008. Estudo ecológico de séries temporais, teve como objetivo analisar a associação entre homicídios e indicadores de segurança pública no município, após controle das variáveis independentes “taxa de desemprego” e “proporção de jovens na população”.

Como método, foi adotada no estudo a análise ecológica de série temporal. A variável dependente foram óbitos por homicídio; as variáveis independentes principais foram: taxa de aprisionamento-encarceramento, acesso a armas de fogo e atividade policial. A análise dos dados foi realizada com o *software* Stata.1C 10.0. Foram adotados modelos de regressão binomial negativa simples e multivariados.

Especificamente, o artigo tratou de um estudo quantitativo sobre as relações de causalidade entre indicadores (variáveis independentes) socioeconômicos e institucionais de segurança pública com a violência, esta medida pelas taxas de homicídios, no município de São Paulo. Os principais resultados apontaram para a insignificância da apreensão de armas de fogo no controle da criminalidade violenta e na maior relação entre violência homicida e jovens na sociedade e taxa de desemprego. A análise univariada demonstrou associação entre óbitos por homicídio e taxa de aprisionamento-encarceramento e entre óbitos e atividade policial. O acesso a armas de fogo não se mostrou associado à redução no número de óbitos por homicídios ($p > 0,05$). Após ajuste, houve perda da significância na associação com ambos indicadores de segurança pública (**Peres et al.**, 2012).

Lucena e Moraes (2012) desenvolveram uma pesquisa sobre a detecção de agrupamentos espaço-temporais para identificação de áreas de risco de homicídios por arma branca em João Pessoa, Paraíba. Trabalho de cunho interdisciplinar, teve o objetivo de analisar a distribuição geográfico-espacial dos homicídios perpetrados por arma branca em João Pessoa. Metodologicamente, foi um estudo ecológico com modelo de Poisson e de espaço-tempo que buscou testar a hipótese de correlação espacial dos homicídios perpetrados por arma branca.

A análise geográfico-espacial buscou testar o nível de aglomeração espacial do crime de homicídio perpetrado por arma branca no município de João Pessoa. O modelo estatístico indicou a presença de conglomerados ao longo dos anos nas regiões norte e oeste de João Pessoa, respondendo a hipótese de correlação espacial do fenômeno (**Lucena; Moraes**, 2012).

Zaluar e Barcellos (2013) efetuaram estudo sobre as mortes prematuras e o conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro, tendo como objetivo traçar um perfil social do crime de homicídios de jovens nas comunidades cariocas em sua conexão com a presença de grupos fora da lei.

Estudo da área da Sociologia, teve como método a mistura de técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, como o uso de técnicas de georreferenciamento de áreas baseadas e em aplicação de técnicas de questionários e entrevistas semiestruturadas.

O texto é um estudo empírico que reflete as motivações das mortes por agressão nas favelas do Rio de Janeiro. Perpassa a análise tradicional dos testes multivariáveis socioeconômicos

focando na dinâmica social, baseada em literatura sociológica interpretativa, desenhando o roteiro social de conflitos e motivações sociais que despertam o ato violento nas comunidades, sobretudo entre os jovens, e como a interação entre milícias e grupos de traficantes estimula disputas sangrentas em comunidades mais periféricas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que urge no Rio de Janeiro o aparelhamento do Estado como monopólio da força para a recondução do estado social deteriorado pela violência. Os dados qualitativos da pesquisa foram capazes de demonstrar, diretamente, a influência dos grupos extralegais (traficantes e/ou milicianos) na dinâmica eleitoral da cidade — elegendo atores políticos para as principais instâncias de representação — e, indiretamente, a particularidade da democracia representativa do estado do Rio de Janeiro, na qual a possível supremacia de atores descompromissados com o Estado de Direito pode afetar as relações sociais de representação gerando um ciclo vicioso de violência que não terá fim sem *accountability* horizontal (O'Donnell, 1998).

Alves et al. (2014) elaboraram um estudo sobre a violência letal em Maceió, Alagoas, sendo um estudo descritivo sobre homicídios entre os anos 2007 e 2012. Teve como objetivo principal descrever o perfil epidemiológico e a magnitude dos homicídios ocorridos no município. Tratou-se de um estudo descritivo dos óbitos por homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Como resultado, apresentou-se o seguinte diagnóstico: registraram-se 5.735 homicídios no período, correspondendo à média de 955,8 homicídios/ano, com taxas que variaram de 89,6 óbitos/100 mil habitantes (2012) a 111,4 óbitos/100 mil habitantes (2011); 94,8% das vítimas eram do sexo masculino, 66,2% eram jovens de 15 a 29 anos e 79,9% da raça/cor parda; os homicídios ocorreram, majoritariamente, nos períodos noturno e de madrugada (51,5%), com envolvimento de arma de fogo (87,8%), em bairros da periferia da cidade (32,6%) (Alves et al., 2014).

Costa (2015) empreendeu um estudo no qual objetivou analisar, no fluxo do sistema criminal, a efetividade do sistema no Distrito Federal. Utilizou para tal o método de análise documental em cima dos inquéritos policiais produzidos. Tratou-se de um estudo descritivo com análise de documentos processuais no sistema de justiça criminal do Distrito Federal. O estudo fez análise quantitativa das diversas fases processuais dos crimes, desde o inquérito policial, passando pela abertura da denúncia pela Promotoria, até a condenação do acusado. Concluiu-se que é baixa a efetividade do sistema, no qual mais de 60% dos crimes ficam sem a devida punição.

Essa baixa efetividade é resultado das ideias e práticas sociais que permeiam a atuação de juízes e promotores. Isso é resultado da falta de uniformidade de procedimentos e avaliações feitas pelos membros do Ministério Público. Além disso, alguns promotores apresentam denúncias mesmo sabendo que as provas existentes no inquérito são insuficientes para uma condenação. Por fim, há enorme desconfiança entre promotores, juízes e advogados de defesa sobre a legalidades dos procedimentos de investigação utilizados pela polícia (Costa, 2015).

Batista et al. (2016) empreenderam um estudo na área da Sociologia que objetivou avaliar o impacto socioeconômico relacionado à estrutura urbana em relação à violência homicida na área da região metropolitana de Brasília. O estudo foi uma análise de dados secundários e entrevistas aplicadas aos atores sociais da segurança pública.

Foi discutido o quadro metropolitano dos homicídios em 2010 em um município do entorno de Brasília, Águas Lindas de Goiás (GO). As externalidades negativas da metropolização de Brasília, em interface com a estrutura e a organização da segurança pública e a fragilidade das ações da assistência social no município, esclarecem a dinâmica dos homicídios e os fatores estruturais que influenciam para a sua ocorrência. Em face da alta taxa de homicídios no município, o artigo indica a necessidade de políticas cooperadas entre os diferentes entes da Federação envolvidos (União, estados, Distrito Federal e municípios) na área econômica e social e das políticas de segurança pública (Batista et al., 2016).

Machado e Porto (2016) analisaram a violência e a justiça criminal na área metropolitana de Brasília. Estudo da área da Sociologia, buscou fazer uma análise georreferencial das mortes registradas no ano de 2010 na região. Metodologicamente, foi uma análise documental com o intuito de averiguar o fluxo criminal no sistema de justiça em três cidades selecionadas: Luziânia, Cidade Ocidental e Águas Lindas de Goiás.

Constatou-se que, do total de casos registrados por mortes violentas, apenas 46 (8,1%) tiveram a autoria esclarecida e foram denunciadas. Das cidades selecionadas por concentrarem o maior número de mortes violentas, Luziânia situa-se no topo da lista, como 145 homicídios e apenas 7 denúncias, ou seja, uma taxa de 4,8%. Águas Lindas de Goiás registrou 101 homicídios e 7 denúncias (6,9%), ao passo que Valparaíso de Goiás registrou 114 mortes e 8 denúncias (7,0%). O estudo do fluxo do sistema de justiça permitiu contrastar as informações iniciais e indicou que, em 60% dos processos criminais, autor e vítima já se conheciam e tinham alguma relação de trabalho (15%) ou familiar (1,5%) (Machado; Porto, 2016).

Portella et al. (2019) empreenderam um estudo no qual se buscou verificar a associação entre homicídio doloso, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, no ano de 2010. Para tanto, os autores utilizaram da metodologia de estudo ecológico a partir dos casos de homicídios dolosos e de tráfico de drogas registrados pela Polícia Civil da Bahia relacionando-os com indicadores sociais. A análise entre o coeficiente de homicídio doloso, tráfico de drogas e proporção de homens negros de 15 a 49 anos foi feita através do modelo de regressão binomial negativa, com *software* R versão 2.13.0.

O estudo revelou a conexão causal entre os homicídios dolosos de homens jovens negros com regiões da cidade de Salvador onde a prática do tráfico de drogas é mais intensa. Foram registrados 1.391 homicídios dolosos em 2010, gerando coeficiente de 108,5 homicídios por 100 mil habitantes. Na associação, foi observado que, nos bairros com proporção de homens negros de 15 a 49 anos acima de 60%, esse coeficiente aumentou 89% ($\geq 60\%$ e $\leq 80\%$) e 87% ($> 80\%$), comparado com bairros com proporção menor que 60%. Quanto ao tráfico de drogas, houve aumento médio de 40% estatisticamente significativo nesse coeficiente nos bairros com cinco ou mais casos, comparado com bairros com menos de cinco.

Bueno, Lima e Teixeira (2019) fizeram um estudo que buscou verificar a letalidade policial como parâmetro para estipular mecanismos de controle de suas ações em ambiente democrático. Estudo de caráter qualiquantitativo com análise documental de dados estatísticos e descrição de dados de violência letal. A pesquisa buscou analisar a atividade policial no estado de São Paulo, avaliando o comportamento da instituição em seus limites quanto ao seu papel como principal instituição de controle social

da violência, tendo como parâmetro o conceito do monopólio da força weberiano.

Concluíram que a letalidade da polícia cresceu substancialmente ao longo dos anos 2000, vitimando desproporcionalmente adolescentes e jovens, pretos e pardos. Averiguaram que as polícias paulistas têm se excedido no uso da força letal, sugerindo o fortalecimento do controle interno das corporações para o enfrentamento do problema.

Corrêa e Lobo (2019) empreenderam um estudo que objetivou testar a relação do tráfico drogas com os homicídios na cidade de Belém, Pará. Estudo de caráter quantitativo, fez análise de variáveis e indicadores causais com o uso de ferramentas estatísticas inferenciais. Tratou-se de um estudo de caso sobre a cidade de Belém, iniciado pela investigação da distribuição geográfica das taxas médias de homicídios no período 2013–2015 nos bairros localizados na área continental da cidade. Em seguida, há uma análise estatística dos mesmos dados, baseada na comparação entre dois modelos de regressão linear, um somente com variáveis relacionadas à pobreza/vulnerabilidade social; e outro que, além dessas variáveis, inclui o número de ocorrências de tráfico de drogas. Os resultados comprovaram a hipótese de que o tráfico de drogas contribui para o aumento da incidência de homicídios.

Oliveira et al. (2019) fizeram um estudo espacial sobre a violência em João Pessoa, na Paraíba. Descreveram os padrões espaciais dos homicídios intencionais na cidade, no período 2011–2016. Estudo ecológico, tendo o setor censitário como unidade de referência; utilizaram-se dados dos homicídios dolosos das vítimas residentes no município, mediante o cruzamento das informações do Sistema de Informação sobre Mortalidade e da Segurança Pública; calcularam-se coeficientes de mortalidade para todo o período e seus triênios, posteriormente suavizados pelo método bayesiano empírico local; utilizaram-se técnicas de autocorrelação espacial dos coeficientes, suavizados por meio da estatística espacial de Moran.

Como resultado principal, detectou-se autocorrelação espacial significativa no período total ($I = 0,679$; $p = 0,01$), 1º triênio ($I = 0,508$; $p = 0,01$) e 2º triênio ($I = 0,572$; $p = 0,01$); identificaram-se áreas de maior risco distribuídas pelas zonas oeste, noroeste, sudeste e extremo sul, prioritariamente em regiões de baixas condições socioeconômicas; setores de baixos coeficientes situaram-se em áreas de padrão socioeconômico médio/alto.

3. Análise

Para visualizar os gráficos e a tabela deste artigo, acesse:



Os dados de MVIs¹ foram disponibilizados recentemente pelo **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (2024) em seu 18º

Anuário Brasileiro de Segurança Pública com os dados até 2023, consolidados. As MVIs tiveram uma dinâmica interessante, com tendência de queda como podemos ver no **Gráfico 1**.

A dinâmica dos dados segue a seguinte descrição: entre 2011 e 2023 tivemos uma variação negativa de 2%; entre os anos 2011 e 2017, os dados tiveram uma variação positiva de 36%; com uma variação negativa entre os anos 2017 e 2023 de 28%. Essa queda no segundo quadrante dos dados ainda não foi bem explicada pela literatura recente dos estudos a violência.

As regiões Norte e Nordeste foram as mais violentas em termos de taxas por 100.000 habitantes, com destaque ao Nordeste com taxa de 36,5/100.000 (**Gráfico 2**). O Nordeste concentra grande quantidade de facções criminosas em conflito, com destaque para a capital da Bahia, Salvador, com aproximadamente vinte facções disputando o território nas comunidades soteropolitanas. Salvador, com taxa de 61 MVIs/100 mil, é a segunda capital mais violenta do País, atrás de Macapá.

Sabemos há anos que os jovens são as maiores vítimas da violência, mas o indicador de morte decorrente de intervenção policial é expressivo quando a taxa de jovens vitimados por essa variável é de mais de 41 óbitos por grupo de 100.000 jovens entre 18 e 24 anos (**Gráfico 3**). A violência policial precisa entrar na pauta da agenda da segurança pública brasileira como fator decisivo para o controle da violência, da violência juvenil e da própria qualidade da democracia na garantia de direitos básicos, como o direito à vida o é.

A questão racial é outra variável importante nos estudos da violência. Analisando os dados presentes no **Gráfico 4**, mais uma vez a morte decorrente de intervenção policial é expressiva com o maior dado percentual atingindo a comunidade negra. São 82,7% das vítimas da polícia. Corresponde a 77,8% de todos os homicídios dolosos e quase 61% das vítimas de latrocínio.

Nos dados referentes ao objeto utilizado para a prática da violência, a arma de fogo foi utilizada em 72,6% dos homicídios dolosos, 58,7% dos latrocínios e 22,3% das lesões corporais seguidas de morte da vítima. Mais uma vez, impressionou os dados de mortes em decorrência de intervenção policial, com 98,5% sendo usada a arma de fogo. Outro destaque foi o indicador de 37,3% de mortes resultado de lesão corporal sendo perpetrada por agressão física, asfixia, estrangulamento, espancamento etc.

Uma informação importante de se destacar é que as mortes de policiais civis e militares em serviço e fora de serviço são estatisticamente diminutas. Em 2022, foram 155 policiais mortos nesse indicador e, em 2023, esse dado foi de 127, com recuo de quase 20% na variação do período. A taxa por 100.000 foi de 0,3, não indicando que seja um problema público (**Gráfico 5**).

Os dados de violência policial (**Gráfico 6**) mostram como ela se tornou um grave problema público nos últimos anos. Não afirmamos que as mortes decorrentes de intervenção policial em seu todo são ilegais, não temos como asseverar isto pela falta de dados referentes às investigações. No entanto, analisando os números absolutos do gráfico 06, houve, entre 2013 e 2023 (dez anos), 56.387 mortes decorrentes de violência policial. Uma média anual de 5.639 mortes. A variação percentual entre 2013 e 2023 foi de 189%.

A polícia que mais mata proporcionalmente é a do Amapá, com taxa de 23,6/100 mil, seguida da Bahia, com 12/100 mil e Sergipe, com 10,4/100 mil (**Gráfico 7**). Urge um estudo robusto para saber quais as causas dessa crescente.

Dado importante foi o número de registros de novas armas de fogo no Brasil no banco de dados do Sistema Nacional de Armas de Fogo da Polícia Federal (SINARM/PF). Entre 2017 e 2023, o incremento percentual na variação da série histórica foi de 227,2%, com mais de dois milhões de armas de fogo registradas em 2023. São mais armas novas em circulação numa tendência de queda das MVIs entre 2017 e 2023, como se pode confirmar com os dados do **Gráfico 1**. A correlação é inversa: mais armas de fogo com menos MVIs. No entanto a inversão dos dados ainda não é suficiente para um total controle das MVIs pelo monopólio da força estatal (**Gráfico 8**).

Outra informação importante, é que o maior controle das armas de fogo registradas é um fator de dissuasão do Estado para com a criminalidade. Maior número de registros é mais controle das armas pelo Estado.

Dado importante é o de apreensão de drogas. O tráfico de drogas é uma das atividades do mercado ilícito que angaria muitos adeptos reforçando a criminalidade organizada. Um prejuízo ao tráfico por parte dessas apreensões pode influenciar na redução das MVIs. O que se pode observar no **Gráfico 9** é um incremento nas apreensões de drogas na série histórica, que, entre 2013 e 2023, foi de 87%, com milhares de toneladas de maconha apreendidas com proporção menor de cocaína, cuja variação foi de 73,6%.

No que diz respeito às despesas com segurança pública, os entes federativos aumentaram seus dispêndios. Em conjunto, houve incremento percentual de 33% nas despesas na série histórica, com destaque aos municípios que apresentaram quase 90% de incremento nas despesas. O dado de apenas 8,3% de crescimento nas despesas com segurança pública por parte da União é um sinal importante de que esse ente federativo precisa investir mais.

A Teoria das Janelas Quebradas já afirmava que o ambiente abandonado, sem autoridade, é ambiente fértil para a violência. Essa assertiva pode ser utilizada na análise do sistema carcerário brasileiro. Com um processo de evolução de seus dados, nos quais se aponta para uma verdadeira explosão nos números, no qual há mais de 850 mil pessoas sob custódia das instituições coercitivas responsáveis pelo cárcere em 2023 (**Gráfico 10**), houve também a explosão das facções criminosas prisionais, que hoje ultrapassa o número de 70 (alinhadas ao Primeiro Comando da Capital, ao Comando Vermelho ou a outras tantas dentro do ambiente do cárcere).

Sabemos que o nascimento dessas facções se deu num contexto de falta de autoridade e de garantias dos direitos dos presos (**Adorno; Salla, 2007**). Recentemente, dois detentos de alta periculosidade escaparam de uma penitenciária de segurança máxima o que gerou uma forte crise dentro do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

O descontrole e a falta de gerência e autoridade do Estado no sistema carcerário é hoje um dos maiores problemas públicos para os gestores do estado brasileiro. A superlotação é só mais um ingrediente que, somado à falta de gerência, só robustece a criminalidade dentro e fora das prisões.

Não obstante, prender e punir criminosos é uma política pública fundamental para o controle das MVIs. Mas, sem a devida metodologia de controle e gestão do sistema penitenciário, a criminalidade violenta dificilmente será controlada em números suportáveis.

A superlotação é um problema, mas, maior que isso, é a falta de autoridade dentro do sistema penal. Por mais que o Estado busque reformar leis e fazer mutirões para garantir o mínimo de direitos dos presos, a ingerência administrativa e a falta de autoridade são combustíveis para a criminalidade.

4. Conclusão

Podemos concluir que maior acesso a arma de fogo não é problema público. Não obstante a existência de leis restritivas de acesso a arma de fogo, o brasileiro está cada vez mais procurando ter acesso a esse objeto, o que pode ser provocado pela alta insegurança pública.

Também podemos concluir que um dos maiores problemas a ser enfrentado é a grande quantidade de mortes decorrentes de intervenção policial. Há forte correlação entre essas mortes e apreensões de drogas, mas não dá para explicar aquela variável por esta.

Há um expressivo investimento das polícias no enfrentamento às drogas com impacto maior entre os anos 2020 e 2023. Isso sem dúvida teve um impacto dissuasivo e influenciou na queda da violência nos últimos anos.

Os jovens e negros são as maiores vítimas da violência, não havendo como ignorar essa realidade. Eles figuram entre as principais vítimas da ação policial e estão mais expostos a situações de risco.

Outra informação importante é o da ingerência do sistema carcerário. A superlotação é um problema, mas, maior que isso, é a falta de autoridade dentro do sistema penal. Por mais que o Estado busque reformar leis e fazer mutirões para garantir o mínimo de direitos dos presos, a ingerência administrativa e a falta de autoridade são combustíveis para a criminalidade.

Os gastos/despesas em segurança pública são crescentes, mas com baixa participação da União. Urge uma maior preocupação da União como *policy* na gerência e na condução da segurança pública brasileira.

Informações adicionais e declarações do autor (integridade científica)

Declaração de conflito de interesses: o autor confirma que não há conflito de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

Declaração de autoria: somente o pesquisador que cumpre os requisitos de autoria deste artigo é listado como autor. **Declaração de originalidade:**

o autor garantiu que o texto aqui publicado não foi publicado anteriormente em nenhum outro recurso e que futuras republicações somente ocorrerão com a indicação expressa da referência desta publicação original; ele também atesta que não há plágio de terceiros ou autoplágio.

Como citar (ABNT Brasil)

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da Nóbrega. Violência no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 33, n. 387, p. 29-34, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14071742>.

Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1592. Acesso em: 1 mar. 2025.

Nota

¹ As MVIs são a soma dos homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal seguida de morte, policiais civis e militares vítimas de crimes violentos

letais intencionais e as mortes decorrentes de intervenção policial (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Referências

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>

ALVES, Wanessa Alexandra; CORREIA, Divanise Suruagy; BARBOSA, Lívia Lessa de Brito; LOPES, Leonardo Moreira; MELÂNIA, Márcio Ighor Azevedo Silva de Mendonça. Violência letal em Maceió-AL: estudo descritivo sobre homicídios, 2007-2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 731-740, 2014. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000400015>

BATISTA, Analía Soria; FRANÇA, Karla Christina Batista; BERDET, Marcelo; PINTO, Marizângela Aparecida de Bortolo. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 433-457, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000200007>

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Limites do uso da força policial no estado de São Paulo. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, p. 783-799, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/77322>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva; LOBO, Marco Aurélio Arbage. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, e20180126, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126>

COSTA, A. T. A. (in)efetividade da justiça criminal brasileira: uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 11-26, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.17088>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*: 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 2 nov. 2024.

LUCENA, Sadraque Eneas de Figueiredo; MORAES, Ronei Marcos de. Detecção de agrupamentos espaço-temporais para identificação de áreas de risco de homicídios por arma branca em João Pessoa, PB. *Boletim de Ciências Geodésicas*, v. 18, n. 4, p. 605-623, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1982-21702012000400006>

MACHADO, Bruno Amaral; PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e justiça criminal na área metropolitana de Brasília: dinâmicas organizacionais e representações sociais.

Tempo Social, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 217-242, 2016. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.108746>

NADANOVSKY, Paulo. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1859-1864, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800022>

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, São Paulo, v. 44, p. 27-54, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>

OLIVEIRA, André Luiz Sá de; LUNA, Carlos Feitosa; QUININO, Louisiana Regadas de Macedo; MAGALHÃES, Mônica de Avelar Figueirêdo Mafra; SANTANA, Vinícius César de Moura. Análise espacial dos homicídios intencionais em João Pessoa, Paraíba, 2011-2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 28, n. 1, e2018184, 2019. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742019000100003>

PERES, Maria Fernanda Tourinho; ALMEIDA, Juliana Feliciano de; VICENTIN, Diego; CERDA, Magdalena; CARDIAL, Nancy; ADORNO, Sérgio. Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000400017>

PERES, Maria Fernanda Tourinho *et al.* Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3249-3257, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001200010>

PORTELLA, Daniel Deivson Alves *et al.* Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 631-639, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.32412016>

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Alves Figueiredo da; BEATO FILHO, Cláudio Chaves da Silva. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013>

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Cristóvam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 17-31, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100002>

Recebido em: 29.07.2024. Aprovado em: 01.10.2024. Última versão do autor: 07.11.2024.